

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.466 - SP
(2019/0206865-2)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : IBE BUSINESS EDUCATION DE SÃO PAULO LTDA
ADVOGADOS : RICARDO BONATO - SP213302
KARINA FLORESTO PEREIRA - SP365472
EMBARGADO : JOEL ALMEIDA DOS SANTOS
ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO ROSSI - SP060745
FERNANDO RENNERT ROSSI - SP299879
JESSICA CAMPOS DE SOUZA - SP378468

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por IBE BUSINESS EDUCATION DE SÃO PAULO LTDA à decisão de fls. 166/167, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Entretanto, cabe esclarecer, com o devido respeito, que a r. decisão está acoimada por erro material, vez que deixou de observar que sequer houve intimação da parte contrária para contrarrazões, inexistindo, portanto, trabalho adicional para ensejar a referida majoração.

Desta forma, evidente que, quando ausente a peça de contrarrazões, não há incidência de verba honorária recursal.

[...]

NOBRE JULGADOR, SALIENTA-SE QUE A TESE EXARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DISPÕE QUE A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (MAJORAÇÃO), PRESSUPÕE EFETIVA PARTICIPAÇÃO PROFISSIONAL DO ADVOGADO, O QUE NÃO OCORREU NO CASO EM VOGA, VISTO QUE O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELAS EMBARGANTES SEQUER FOI CONHECIDO.

[...]

Excelência, repisa-se que, não houve trabalho adicional em grau recursal, pois não houve intimação da parte contrária para apresentação de contrarrazões, revelando-se amplamente desproporcional a majoração dos honorários advocatícios em desfavor das embargantes.

E mais, e mesmo que se entenda que os honorários independem de trabalho adicional, esclarece-se que, mesmo nesta hipótese, os honorários não devem ser majorados, haja vista que a verba já foi devidamente quantificada em instâncias inferiores, impedindo que seja majorada no percentual de 15%, sob pena de violação da razoabilidade. (fls. 171/172).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que

Superior Tribunal de Justiça

seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

O novo Código de Processo Civil, ao prever o instituto da majoração dos honorários advocatícios em razão do julgamento de recurso, condicionou sua aplicação, aos processos cíveis, desde que haja prévia fixação de honorários pela instância a quo.

Ademais, conforme dicção do Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

No presente caso, tendo em vista que estão preenchidos os requisitos acima delineados, correta a majoração dos honorários recursais.

Ressalte-se que conforme orientação jurisprudencial desta Corte Superior, para a majoração dos honorários recursais é dispensável o trabalho adicional do advogado da parte recorrida no grau recursal. Ilustrativamente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. ALIENAÇÃO MENTAL. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7 DO STJ. NOVO CPC/15. TRABALHO ADICIONAL.

[...]

3. Registre-se, ainda, que esta Corte Superior tem se posicionado no sentido de que, para a majoração dos honorários advocatícios de que trata o art. 85, § 11, do novo CPC/15, 'não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba'(AgInt nos EDcl no REsp 1357561/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 19/04/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1073648/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Ainda, registre-se que os honorários recursais foram fixados em desfavor da parte recorrente de forma clara, no importe de 15% sobre o montante já arbitrado, ou seja, os honorários sucumbenciais fixados nas instâncias ordinárias, seja de forma equitativa, seja em percentual sobre o valor da condenação, da causa ou do proveito econômico obtido, servirão como base de cálculo sobre a qual incidirão os 15% da majoração, observados, sempre que aplicáveis, os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente